



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 15374.964303/2009-28
Recurso Voluntário
Resolução nº **3201-002.507 – 3ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 18 de dezembro de 2019
Assunto DILIGÊNCIA
Recorrente GALVASUD S/A
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do Recurso em diligência, para que a unidade preparadora profira nova decisão, para a qual deverá analisar todos os documentos acostados ao Recurso Voluntário.

Charles Mayer de Castro Souza – Presidente.

(assinado digitalmente)

Pedro Rinaldi de Oliveira Lima - Relator.

(assinado digitalmente)

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Paulo Roberto Duarte Moreira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Leonardo Correia Lima Macedo, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Hélcio Lafetá Reis, Maria Eduarda Alencar Câmara Simões (Suplente convocada), Laércio Cruz Uliana Junior e Charles Mayer de Castro Souza (Presidente).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário de fls. 120 apresentado em face da decisão de primeira instância administrativa fiscal proferida no âmbito da DRJ/PR em fls. 104, que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade de fls. 2 apresentada contra o despacho decisório eletrônico de fls. 79.

Para melhor descrever os fatos, matérias e trâmite do processo, transcreve-se o relatório constante na decisão de primeira instância:

“Trata o presente processo de manifestação de inconformidade apresentada em face da não homologação da compensação declarada na Dcomp de nº

Fl. 2 da Resolução n.º 3201-002.507 - 3ª Sejul/2ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 15374.964303/2009-28

10162.55705.130309.1.3.04-1240, nos termos do despacho decisório emitido em 23/11/2009 pela DERAT do Rio de Janeiro/RJ (rastreamento de n.º 07/10/2009).

Na referida Dcomp, a contribuinte indicou um crédito de R\$ 74.355,57, referente ao pagamento efetuado em 14/11/2006, de Cofins, 5856, do período de apuração de 31/10/2006, no valor total de R\$ 1.308.691,22.

Segundo o despacho decisório recorrido, a compensação não foi homologada porque o DARF indicado como crédito estava totalmente utilizado para extinção de débito de mesmo tributo e período de apuração, de acordo com as informações da DCTF apresentada pela interessada. Em decorrência, não se homologou a compensação declarada com base nos arts. 165 e 170 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN) e art. 74 da Lei n.º 9.430/96.

Cientificada em 848598531, a contribuinte interpôs manifestação de inconformidade em 0,00, alegando, em síntese, o seguinte.

Preliminarmente, requer a nulidade do processo. Diz que o Despacho Decisório recorrido foi subscrito por Auditor Fiscal que, a priori, não seria Delegado da DERAT do Rio de Janeiro. Aduz que tal fato contraria o Regimento Interno da RFB, o que requer a declaração de nulidade do processo.

Após, discorre sobre o instituto da compensação e afirma ter cumprido todos os requisitos formais impostos legalmente.

Esclarece que, após verificações internas, constatou que o valor recolhido da referida contribuição suplantava a que deveria ter sido pago, uma vez que “a incidência de tal tributo sobre a receita proveniente da venda de sucatas realizada pela Requerente, já era abrangida, desde então, pela suspensão de que trata o art. 48 da Lei n.º 11.196/05”. Afirma que retificou a DCTF e o Dacon, demonstrando o correto valor do tributo devido.

Demonstra, na sequência, o quantum que pagou indevidamente.

Disserta, após, sobre o princípio da formalidade moderada, sustentando que o processo administrativo fiscal deve ser realizado sem o rigor formal do processo civil.

Afirma que o princípio da verdade material impõe que a RFB reconheça o crédito postulado e homologue a compensação declarada. Aduz que para verificar seu direito basta cotejar Dacon e DCTF com o DARF recolhido.

Requer, preliminarmente, a nulidade do processo e, no mérito, que seja reformado o Despacho Decisório, de modo a se homologar a compensação declarada. Por fim, caso não seja reconhecido o direito creditório, requer a realização de diligência para verificar que o crédito declarado é procedente.

É o relatório.”

A decisão de primeira instância administrativa fiscal deste processo foi publicada com a seguinte Ementa:

“ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do Fato Gerador: 14/11/2006

COMPENSAÇÃO. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. RECOLHIMENTO VINCULADO A DÉBITO CONFESSADO.

Correto o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada por inexistência de direito creditório, tendo em vista que o recolhimento alegado como origem do crédito estava integral e validamente alocado para a quitação de débito confessado.

PROVAS. INSUFICIÊNCIA.

Fl. 3 da Resolução n.º 3201-002.507 - 3ª Sejul/2ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 15374.964303/2009-28

As provas trazidas aos autos não foram suficientes para comprovar a ocorrência de pagamento indevido ou a maior.

NULIDADE. DESPACHO DECISÓRIO. INEXISTÊNCIA.

Somente são nulos os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com cerceamento do direito de defesa.

DILIGÊNCIA. DESNECESSIDADE. INDEFERIMENTO.

Indefere-se o pedido de diligência por ser desnecessário para a solução do litígio.

Manifestação de Inconformidade Improcedente.

Direito Creditório Não Reconhecido.”

Após, os autos digitais foram distribuídos e pautados nos moldes do regimento interno deste Conselho.

Relatório proferido.

Voto.

Conselheiro Relator - Pedro Rinaldi de Oliveira Lima.

Conforme a legislação, as provas, documentos e petições apresentados aos autos deste procedimento administrativo e, no exercício dos trabalhos e atribuições profissionais concedidas aos Conselheiros, conforme Portaria de condução e Regimento Interno, apresenta-se esta Resolução.

Por conter matéria preventa desta 3.ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e presentes os requisitos de admissibilidade, o tempestivo Recurso Voluntário deve ser conhecido.

O tema “busca da verdade material” já não mais possui divergência relevante neste Conselho, pois a grande maioria dos precedentes a consideram e, portanto, deve ser considerada na análise deste caso em concreto.

Além da farta jurisprudência, a verdade material foi prestigiada na legislação que trata do processo administrativo fiscal, como pode ser verificado nas disposições do Art. 16, §6.º e Art. 29 do Decreto 70.235/72, Art. 2 caput, inciso XII e Art. 38 e 64 da Lei 9.784/99, Art. 112, 113, 142 e 149 do CTN.

Colocado esse posicionamento, em primeiro lugar, o formalismo excessivo que deixou de considerar a DCTF retificadora deve ser afastado.

Em adição, tal questão deixou de ser relevante até mesmo para a respeitável turma *a quo*, que reconheceu a DCTF retificadora mas não reconheceu o crédito, **em razão do contribuinte não ter comprovado se as vendas das sucatas, sobre as quais o contribuinte pretende aproveitar a suspensão das contribuições, foram realizadas** para pessoas jurídicas integrantes do regime de recolhimento de receitas do “lucro real”, conforme trecho reproduzido a seguir:

“Pois bem, analisando-se os Dacon, original e retificador, da interessada, constata-se que, de fato, a contribuinte informava no Dacon original, na linha “Demais Receitas”, o valor de R\$ 978.362,82. No Dacon retificador, todavia, tal linha foi zerada e o mesmo

Fl. 5 da Resolução n.º 3201-002.507 - 3ª Seju/2ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 15374.964303/2009-28

0090184977 0000378340
CSN Galvasud S.A.
 AV. RENATO MONTEIRO, 7.777 - POLO URBO AGRO INDUSTRIAL
 PORTO REAL - RJ - CEP: 27570-000
 TEL.: (24) 3358-2900 - FAX: (24) 3358-2901

INSCRIÇÃO ESTADUAL PARA WU/LA
 SAÍDA ENTRADA
 Nº: 1794989

SÉRIE 2
 2ª VIA
 FIXA
 DATA LIMITE
 PARA EMISSÃO
 15/02/2009

NATUREZA DA OPERAÇÃO
 DESTINATÁRIO/REMETENTE
 VENDA MERC. ADQ. REGER. DE TERCEIROS

CFOP
 5102

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUJ. TRIBUTÁRIO
 85.873.938

CNPJ
 02.618.456/0002-26

INSCRIÇÃO ESTADUAL
 85.873.938

NOME/RAZÃO SOCIAL
 EMPRESA SIDERURGICA NACIONAL CSN - Volta Redonda

ENDEREÇO
 ROD BR 393 LUCIO MEIRA KM 5001 S/N

MUNICÍPIO
 VOLTA REDONDA

BARRIO/DISTRITO
 VILA SANTA CECI

UF
 RJ

CNPJ/CPF
 33.042.730/0017-71

CEP
 27260-390

INSCRIÇÃO ESTADUAL
 80541767

DATA - EMISSÃO
 23.10.2007

DATA - SAQUE/ENTRADA
 23.10.2007

HORA - SAÍDA
 08:50:28

FATURA
 A DUPLICATA CORRESPONDENTE COM O VENCIMENTO VALOR
 E VALOR, TEM O MESMO NÚMERO DESTA NOTA FISCAL FATURA
 ENCARGOS MONATÓRIOS 0,0000 %/DA VENCIMENTO
 ANOS 00 DIAS A TAXA SERÁ RENEGOCIADA. 30.10.2007

VALOR POR EXTENSO
 CINCO MIL NOVECENTOS E DEZESSEIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS

ENDEREÇO DE COBRANÇA
 ROD BR 393 LUCIO MEIRA KM 5001 S/N VILA SANT
 CECILIA VOLTA REDONDA RJ 27260-390

INSCRIÇÃO ESTADUAL
 80541767

CEP
 27260-390

UF
 RJ

CNPJ/CPF
 33.042.730/0017-71

CEP
 27260-390

INSCRIÇÃO ESTADUAL
 80541767

DATA - EMISSÃO
 23.10.2007

DATA - SAQUE/ENTRADA
 23.10.2007

HORA - SAÍDA
 08:50:28

INSCRIÇÃO ESTADUAL
 80541767

CEP
 27260-390

UF
 RJ

CNPJ/CPF
 33.042.730/0017-71

CEP
 27260-390

INSCRIÇÃO ESTADUAL
 80541767

DATA - EMISSÃO
 23.10.2007

DATA - SAQUE/ENTRADA
 23.10.2007

HORA - SAÍDA
 08:50:28

Em fls 627, Doc 22 do Recurso Voluntário, segue um exemplo de declaração de empresa compradora que está no lucro real:

Fl. 6 da Resolução n.º 3201-002.507 - 3ª Sejul/2ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 15374.964303/2009-28



Prezados Senhores,

A empresa SUL OXIDOS IND E COM LTDA, inscrita no CNPJ sob o N.º 04.075.469/0001-40 e IE 254.120.954 e localizada à Rua Das Grevilias, 1001 – Bairro Vila Franca– Forquilha/SC, vem através deste comunicar que desde o início de sua constituição em Outubro de 2000, até o presente momento, sempre teve como Regime de Tributação, o Lucro Real.

Nunca houve mudanças, quanto ao Regime de tributação. Estando nos anos de 2006/2007, período para confirmar, que inclusive esse período esteve no Lucro Real.

Forquilha/SC, 04 de Julho de 2017.


Paula Cecineli de Moraes
Contadora
CRC-SC 029075/O-7
CPF 030.985.589-27



Conforme Art. 16 do Decreto 70.235/72 e Art. 69 do CTN, o ônus da prova do direito creditório é do contribuinte. Comprovado o direito ao crédito, assim como sua certeza e liquidez, este deve ser reconhecido.

Assim, além de considerar a DCTF retificadora, é importante considerar que os requisitos do art. 48 da Lei n.º 11.196/05 podem ter sido cumpridos e, portanto, com base nos Arts. 165 e 170 do CTN e art. 74 da Lei n.º 9.430/96, os créditos reconhecidos.

Diante do exposto, vota-se para CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, com o seguinte objetivo:

1 – a unidade preparadora profira nova decisão, para a qual deverá analisar todos os documentos acostados ao Recurso Voluntário.

Resolução proferida.

(assinatura digital)

Pedro Rinaldi de Oliveira Lima.